

Formação de atletas ganha novo incentivo

Chega ao Congresso MP que muda regras de repasse de recursos a comitês e confederações esportivas, amplia modalidades de benefício do Bolsa Atleta e cria programa Cidade Esportiva

A medida provisória será analisada inicialmente pela Câmara dos Deputados, seguindo então para o Senado. Ao editar a MP 502/10, o governo aumenta sua participação na formação de atletas brasileiros, com vistas aos Jogos Olímpicos de 2016, que ocorrerão no Rio de Janeiro. Com o obje-

tivo de formar atletas de alto desempenho, criou-se o programa Cidade Esportiva e a Rede Nacional de Treinamento. Serão construídos polos de excelência em todo o país. A destinação de recursos aos comitês e às confederações estará condicionada à celebração de contratos prevendo metas de desempenho. 4

Hotsite sobre eleições tem mais informação e novo visual

Novos conteúdos e visual renovado foram criados pela Agência Senado para a cobertura do processo eleitoral. Internauta se informa sobre candidatos e participa de enquetes. 3



STF adia para hoje decisão sobre validade da Ficha Limpa

Pedido de vista do ministro Dias Toffoli adiou para hoje o julgamento, pelo Supremo, da validade já neste ano da Lei da Ficha Limpa. Único voto de ontem, do relator Ayres Britto, foi contra o recurso de Joaquim Roriz à impugnação de sua candidatura. 3

Ayres Britto, no centro do Plenário, lê relatório em que julgou inválidos os argumentos apresentados pela defesa do candidato do PSC ao governo do DF, Joaquim Roriz

Seminário de Direito Processual começa hoje 2

Projeto visa unificar as eleições no mesmo ano 3



João Alberto de Oliveira Lima faz palestra sobre o sistema LexML no 4º Seminário Brasileiro da Advocacia Pública Federal, organizado pela Advocacia-Geral da União

Analista apresenta LexML Brasil a advogados

O coordenador da LexML Brasil, o analista de Tecnologia da Informação do Prodasen João Alberto de Oliveira Lima, explica que, mais que uma ferramenta de busca, a rede organiza informações legislativas e jurídicas seguras e atualizadas. 2

Especialistas de três países europeus participam de evento organizado pela Unilegis para debater os novos rumos do Direito Processual no Brasil, nas áreas civil e penal

Seminário internacional discute projeto de novo CPC

“A REFORMA DO Código de Processo Civil (CPC) é o primeiro passo para tornar mais ágil a Justiça brasileira.” A afirmação é do vice-reitor da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), Carlos Fernando Mathias, organizador do 7º Seminário Internacional Ítalo-Ibero-Brasileiro de Estudos Jurídicos, que ocorre de hoje a sábado, no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O evento, voltado para juristas, estudantes de Direito e outros profissionais da área, mas aberto ao público em geral, vai discutir os novos rumos do Direito Processual, assunto que vem sendo discutido pelo Senado. Carlos Mathias destacou a atuação da comissão temporária de senadores encarregada de analisar o Projeto de Lei 166/10, que trata da reforma do CPC.

– O trabalho de discussão da

comissão, que tem como relator geral o senador Valter Pereira [PMDB-MS], é fundamental. Também daremos espaço para esse debate durante o seminário – disse.

O vice-reitor da Unilegis lembrou ainda que a reforma dos códigos processuais em países como Portugal, Espanha e Itália permitiu maior dinamismo para o Direito. Por isso, foram convidados especialistas como os professores Lebre de Freitas, da Universidade de Lisboa; Leo Piccinini, da Universidade de Roma; e Agustín-Jesús Pérez-Cruz Martín, da Universidade de La Coruña, na Espanha.

Para Carlos Mathias, que é desembargador aposentado, o Estado não pode ficar em desvantagem em relação ao crime organizado, e o cidadão deve ter instrumentos para garantir

o acesso aos seus direitos.

– O Código de Processo Penal é de 1941 e o Código de Processo Civil, de 1973. Eles foram muito bem elaborados, mas necessitam de mudanças.

Atualmente, de acordo com o vice-reitor da Unilegis, são tantos os recursos e meios de procrastinação que julgamentos simples chegam a levar dez ou 15 anos para terem suas sentenças finais proferidas. Segundo ele, é preciso reformar os códigos de Processo Civil e Penal para que o cidadão não seja prejudicado.

– Uma expressão que os juristas usam para se referirem aos processos no Brasil diz que o processo corre, mas não anda. Os casos mais simples precisam ser resolvidos rapidamente. Em razão da demora, as vítimas ficam desassistidas.



Carlos Mathias: Estado não pode mais ficar à mercê do crime organizado



João Alberto de Oliveira Lima, do Prodasen, em seminário promovido pela AGU

Analista explica LexML para advogados públicos

O LexML Brasil é muito mais do que uma ferramenta de busca de textos de leis, pareceres e de jurisprudência: o site organiza as informações legislativas e jurídicas, economiza tempo de pesquisa e garante o acesso a dados seguros e atualizados. A opinião é do analista de Tecnologia da Informação da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) João Alberto de Oliveira Lima. Ele foi um dos expositores do 4º Seminário Brasileiro de Advocacia Pública Federal, organizado pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Durante a palestra “LexML: informação jurídica consistente e fidedigna”, na manhã de ontem, em Brasília, Lima afirmou

que o portal criado em 2009 facilita a pesquisa dos profissionais da área de Direito e dos cidadãos em geral porque concentra as informações jurídicas e administrativas produzidas por órgãos da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

Segundo Lima, coordenador do sistema, a rede LexML agrega bases de informação alimentadas pelos próprios órgãos, o que garante seu caráter fidedigno.

– Antes do LexML não existia um ponto de acesso unificado para informação jurídica e legislativa. Ele busca, agrupa, organiza e classifica a informação, constituindo-se como uma ferramenta de pesquisa segura.

Ele destacou outras funcionalidades, como a criação de links para cada remissão textual existente na página, os filtros para tornar a pesquisa mais precisa e a possibilidade de acesso aos textos em diferentes formatos.

Segundo o gerente de Tecnologia da Informação da AGU, Guilherme Benages Alcantara, dois elementos explicam o sucesso da LexML.

– O primeiro deles é a colaboração. O portal foi criado em razão da cooperação existente no âmbito da TIControl, comunidade que reúne 18 gerentes de tecnologias da informação de órgãos federais. O segundo elemento foi o entusiasmo dos envolvidos no projeto.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

14h O Plenário se reúne para sessão não deliberativa, destinada a discursos de parlamentares e comunicados da Mesa diretora.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Roberto Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Proposta em exame na CCJ fixa em seis anos mandatos dos governadores e deputados estaduais que serão eleitos este ano, para coincidência dos pleitos

Site do Senado sobre eleições ganha novos conteúdos

O site Eleições 2010, produzido pela Agência Senado, está de cara nova. Mais conteúdos foram acrescentados, como o "Eu, eleitor", que permite aos internautas participarem enviando mensagens gravadas em vídeo sobre temas relacionados ao processo eleitoral. O novo visual foi produzido de forma a melhorar a navegação e dar maior visibilidade à cobertura das eleições pelos veículos de comunicação do Senado.

Outro serviço disponível para o internauta é o quadro "Conheça os candidatos ao

Senado", que apresenta inclusive os suplentes.

A página especial tem conteúdo multimídia, com textos, áudios e vídeos sobre as principais notícias, especialmente as que repercutem no Parlamento. Todo o material é produzido pelos veículos da Secretaria Especial de Comunicação do Senado.

Além das notícias, o internauta também pode ver os resultados de pesquisas realizadas pelo DataSenado, que trazem um retrato sobre o pensamento do cidadão brasileiro em relação ao processo eleitoral. O eleitor também pode participar de enquetes.

Infográficos que ajudam a entender as novas regras e a conhecer o perfil do eleitor também estão disponíveis, assim como textos e imagens de arquivo que resgatam um pouco da história das eleições no Brasil.

O Eleições 2010 permite interação com as mídias sociais, como Twitter, Facebook e Flickr. O "Canal do eleitor" traz comentários e mensagens dos internautas que acompanham o perfil da Agência Senado no Twitter.



Eleições estaduais poderão ocorrer junto com municipais

PROPOSTA DO SENADOR Francisco Dornelles (PP-RJ) em exame na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) determina que os governadores e deputados estaduais que se elegerem agora em 2010 cumprirão um mandato de seis anos. A intenção do parlamentar é fazer com que as eleições estaduais e municipais ocorram no mesmo ano. O relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), ainda não apresentou parecer sobre a matéria.

Além de estender os mandatos dos próximos governadores e deputados estaduais até o dia 31 de dezembro de 2016, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 60/07 veda a reeleição dos governadores eleitos este ano. Estabelece ainda que o mandato dos governadores e deputados estaduais eleitos nos pleitos seguintes voltará a ser de quatro anos.

"Hoje ocorrem eleições no Brasil a cada dois anos. Numa delas são eleitos prefeitos e vereadores, na outra, o presidente da República, senadores e deputados, governadores e deputados estaduais. Nosso sistema isola, portanto, as eleições municipais e faz coincidir as



Iniciativa de Dornelles veda recondução dos governadores eleitos em 2010



Tasso Jereissati, relator da proposta, ainda vai apresentar o parecer

eleições nacionais e estaduais", explica o senador.

Francisco Dornelles observa que, se sua proposta for aprovada, esse calendário será alterado. Apesar de a frequência dos pleitos a cada dois anos permanecer, passará a haver coincidência entre as disputas estaduais e as municipais. Assim, as eleições nacionais passarão a ser disputadas isoladamente.

Na avaliação de Francisco Dornelles, o isolamento das campanhas nacionais permitirá que o eleitor se concentre apenas na eleição do presidente da

República e na composição das duas Casas do Congresso Nacional. Por outro lado, argumenta o senador, a coincidência entre os pleitos estaduais e municipais concentrará o debate nas questões estaduais e regionais.

"Trata-se de reconhecer, na prática, a singularidade do voto nacional, singularidade que aproxima os votos estadual e municipal, ambos portadores de propostas e interesses de âmbito local, quando comparados à universalidade de que se reveste o voto nacional", justifica Dornelles.



O relator, Ayres Britto (C), entre os ministros Ricardo Lewandowski e Ellen Gracie, votou pela validade da lei já neste ano

STF adia para hoje decisão sobre Lei da Ficha Limpa

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) José Antonio Dias Toffoli decidiu ontem pedir vista do recurso do candidato do PSC ao governo do DF, Joaquim Roriz, contra o indeferimento do registro de sua candidatura ao governo do Distrito Federal, adiando para hoje o desfecho do julgamento do STF sobre a validade da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10) para as eleições deste ano.

Roriz se enquadraria na lei porque, em 2007, renunciou ao mandato de senador para escapar de um processo de cassação por quebra de decoro parlamentar.

O único voto dado ontem foi o do relator, Carlos Ayres Britto, contra o acolhimento do recurso

de Roriz. Antes de iniciar a votação do recurso, o presidente do STF, Cezar Peluso, mencionou a necessidade de que a Corte também levasse em conta em sua decisão a questão do tempo verbal usado no texto da lei.

O ministro acredita que a Lei da Ficha Limpa, ao elencar entre os inelegíveis "os que forem condenados", se referiria somente àqueles condenados após a promulgação da lei. A forma utilizada, no futuro do subjuntivo, foi introduzida por emenda de redação do senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

O ministro Ricardo Lewandowski apresentou pareceres de especialistas em linguística, para argumentar em favor da atempo-

ralidade da lei, que atingiria então a todos os condenados, antes ou após sua promulgação.

Logo em seguida, Dias Toffoli, alegando não poder ainda se pronunciar sobre o assunto, decidiu pedir vista do processo, prometendo devolvê-lo hoje.

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, opinou contra o recurso de Roriz, que teve o registro negado pelo Tribunal Regional Eleitoral do DF e pelo Tribunal Superior Eleitoral, com base na Lei da Ficha Limpa.

A defesa de Roriz alegou a impossibilidade de retroatividade da lei, a violação do princípio de presunção de inocência e a inaplicabilidade da Ficha Limpa já neste ano.

Simon espera que Supremo confirme julgamento do TSE

"Hoje é o dia de um baque muito grande ou de uma vitória espetacular. Queira Deus que o Supremo acerte", desejou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS), referindo-se ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) do recurso contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que barrou a candidatura de Joaquim Roriz (PSC) ao governo do Distrito Federal com base na Lei da Ficha Limpa.

Para o senador – que falou ao repórter Adriano Faria, da Rádio Senado –, a decisão sobre o caso "mudará a vida do país".

– Creio que, se for confirmada a decisão do TSE, o Brasil hoje [ontem] começa a viver uma nova realidade. Termina a impunidade e começamos a ter respeito pela ética, pela dignidade e pela seriedade – disse.

A decisão do STF, adiada para hoje, definirá se a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar

135/10) se aplica ou não às eleições deste ano.

Simon observou que o país vive uma grande expectativa em torno dessa votação, especialmente pelo fato de o projeto que deu origem à Lei da Ficha Limpa ter sido uma iniciativa popular e sua aprovação pelo Congresso, acompanhada de forte mobilização social.

– Tudo levava a crer que o projeto não seria aprovado, nem na Câmara, nem no Senado – disse, ao explicar que o movimento organizado por vários grupos sociais criou um contexto favorável à aprovação da matéria.

Sobre a possibilidade de haver empate na votação no Supremo, ficando assim a decisão nas mãos do presidente do STF, ministro Cezar Peluso, Simon disse acreditar que Peluso atuará com competência e será lembrado por contribuir para a "construção de um novo Brasil".



Senador diz que decisão pode ser um baque grande ou uma vitória espetacular



Selma Elias acredita que ajuda ao desempregado é obrigação do Estado

Bolsa de estudo para trabalhador desempregado

Selma Elias (PMDB-SC) anunciou ter apresentado projeto que concede bolsa de estudo provisória ao trabalhador que perder o emprego e passar a receber seguro-desemprego do governo federal. Os dependentes também terão direito a auxílio para continuar estudando.

Segundo a senadora, ajudar na educação dos desempregados e de seus dependentes é obrigação do Estado. E o projeto, afirmou, evitará "a vexatória situação" do abandono da escola após uma demissão.

A proposta determina que o Ministério do Trabalho e Emprego pague ao trabalhador desempregado bolsa de estudo equivalente à metade do valor do seguro-desemprego. Além disso, cada dependente que esteja estudando receberá 25% do valor do seguro. A soma das bolsas não poderá ultrapassar o total do seguro-desemprego, cujo valor vai de R\$ 510 a R\$ 954,21.



Senador quer ampliar socorro aos afetados por novas hidrelétricas

Gurgacz defende compensação para pescadores

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) cobrou ontem uma reavaliação do impacto socioambiental da construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira. Defensor da obra, o parlamentar esclareceu que os projetos básicos ambientais (PBAs) restringem as compensações financeiras às famílias remanejadas de áreas ocupadas por canteiros de obras.

Acir Gurgacz disse que a influência direta das obras abrange uma área muito mais ampla, afetando toda a pesca artesanal, do distrito de Extrema ao de Calama, em Rondônia. Segundo ele, há um enorme impacto das obras sobre os meios de produção de quase 5 mil famílias.

É preciso implementar piscicultura, agricultura familiar, cadeias produtivas, qualificação profissional, associativismo e outras medidas mitigadoras – acrescentou.

Medida Provisória 502/10 estabelece novas regras para repasses de recursos federais, amplia a abrangência do Bolsa Atleta e cria o programa Cidade Esportiva

MP que incentiva formação de atletas chega à Câmara

CHEGOU AO CONGRESSO Nacional na terça-feira à noite a Medida Provisória (MP) 502/10, que institui novas regras para repasse de recursos destinados à formação de atletas no Brasil. A MP também amplia as modalidades de benefícios estabelecidas no programa Bolsa Atleta e prevê a criação do programa Cidade Esportiva.

O dispositivo será analisado inicialmente pela Câmara, sendo em seguida submetido à avaliação do Senado. Com a edição da MP, o governo aumenta sua participação na formação de atletas brasileiros, com vistas aos Jogos Olímpicos de 2016, que serão realizados no Rio de Janeiro.

A medida provisória altera a Lei do Desporto (Lei 9.615/98), que trata, entre outros aspectos, das regras para repasses de recursos do Ministério do Esporte ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) e às confederações nacionais. Essa lei dava aos comitês e às confederações

liberdade para adotar critérios próprios para distribuição dos recursos recebidos. Com a MP, a destinação de recursos aos comitês e às confederações passará a ser condicionada à celebração de contratos prevendo metas de desempenho.

Categorias

A medida provisória também altera a lei que instituiu o programa Bolsa Atleta (Lei 10.891/04) para incluir duas novas categorias: atleta base e atleta pódio. Atletas que se destacarem nas categorias iniciantes poderão ser bolsistas na categoria base e receber auxílio mensal de R\$ 370. Já a categoria pódio destinará ajuda mensal de até R\$ 15 mil a competidores individuais olímpicos e paraolímpicos posicionados entre os 20 melhores do ranking mundial em suas modalidades.

O programa já contempla bolsas em quatro outras categorias: estudantil, para atletas que tenham participado de eventos esportivos estudantis

(R\$ 370); nacional, para atletas que participam em competições nacionais (R\$ 925); internacional, para atletas que representam o Brasil em competições no exterior (R\$ 1.850); e olímpico e paraolímpico (R\$ 3.100).

Os esportistas que recebem patrocínio também poderão passar a ser beneficiados com recursos do programa Bolsa Atleta. Essa possibilidade era proibida antes da MP. A medida também altera a lei para incluir a exigência, a partir de 2011, da realização de exames antidoping em todos os atletas que recebam benefícios do Ministério do Esporte.

Ainda com o intuito de formar atletas de alto desempenho para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, o governo determinou a criação do programa Cidade Esportiva e da Rede Nacional de Treinamento. Conforme estabelece a MP, serão construídos polos de excelência em todo o país. A intenção do governo é investir em formação e programas para o treinamento dos atletas.



Segundo a MP, esportistas que recebem patrocínio poderão também ser beneficiados com recursos do Bolsa Atleta

Cavalcanti propõe melhorar plano da banda larga

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse ontem que o Programa Nacional de Banda Larga do governo federal mostra-se "oportuno e bem articulado", mas defendeu o aperfeiçoamento das regras que definirão a convergência das ações do setor público e das empresas privadas. Ele considera essa medida fundamental para levar o acesso a internet em alta velocidade a 39 milhões de domicílios até 2014.

Cavalcanti ressaltou que, embora o Executivo tenha feito uso de um decreto presidencial (Decreto 7.175/10) para instituir o programa de expansão da internet em banda larga, o Congresso Nacional não deve se furtar de debater o tema, tanto por envolver a inclusão digital como por se tratar de uma questão importante para o desenvolvimento das telecomunicações e da economia em geral.

O parlamentar considerou natural o surgimento de questionamentos e divergências quanto



Roberto Cavalcanti: crescimento no setor está longe de ser suficiente

ao plano, em grande parte referentes ao que ele considera o seu "ponto crucial", que é a reativação da Telebrás, privatizada em 1998, para implementar algumas das ações decisivas do programa elaborado pelo governo.

As empresas privadas do setor garantem que podem fazer melhor se for substancialmente diminuída a elevada carga tributária que incide sobre seus serviços. Elas e diversos especialistas também questionam por que

refazer no sentido inverso o processo implementado há pouco mais de uma década, quando foi privatizado o setor e desativadas quase todas as empresas estatais – afirmou.

Para o senador, pairam dúvidas sobre o tamanho do passivo da Telebrás, sobre sua competência legal para exercer as funções que lhe designou o Plano Nacional de Banda Larga e até mesmo sobre a "vertiginosa ascensão" de suas ações.

Ele também afirmou que, apesar dos inegáveis progressos havidos nos últimos anos na expansão da internet, esse crescimento está longe de ser suficiente, permanecendo significativamente abaixo mesmo de países de desenvolvimento econômico semelhante ou menor que o do Brasil.

Cavalcanti citou relatório que coloca o Brasil em 60º lugar em termos de desempenho de telecomunicações – abaixo, por exemplo, da Argentina (49º).



Projeto de Paulo Paim abrange empregados e autônomos

Projeto cria estatuto do motorista

Apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) em julho de 2008, projeto de lei do Senado (PLS 271/08) institui o Estatuto do Motorista Profissional. O objetivo é regular a atuação dos profissionais, empregados ou autônomos, que têm como ofício a condução de veículo automotor utilizado para o transporte de pessoas e coisas ou para a tração de unidades de acondicionamento de carga ou de acomodação de passageiros.

O projeto não se aplica aos motoristas profissionais que atuam a serviço ou sob o comando das Forças Armadas ou dos órgãos de segurança pública; aos que operam exclusivamente veículos utilizados para a execução de trabalho agrícola, terraplenagem, construção, pavimentação ou movimentação de carga em zona portuária ou aeroportuária; e aos que tenham como ofício promover a formação de condutores, em entidade credenciada.

Hoje é o Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico

Comemora-se hoje, 23 de setembro, o Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico, uma homenagem a uma categoria que cresce a cada dia como opção de entrada no mercado de trabalho.

O Dia do Técnico, instituído pela Lei 11.940/09, é proveniente de projeto de lei de autoria de Gerson Camata (PMDB-ES) e faz alusão à implantação da Primeira Escola Técnica Brasileira, inaugurada no dia 19 de maio de 1909, no governo Nilo Peçanha, que presidiu o Brasil no início do século passado.

Também chamados de ensino médio profissionalizante, os cursos tomaram fôlego com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, torneiro mecânico formado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).